



Em Busca do Milhão: O Censo 2007 de São Luís¹

Mariela Costa Carvalho²

Pablo Ricardo Monteiro Dias³

Francisco Gonçalves da Conceição⁴

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar as estratégias discursivas empreendidas pela Casa Legislativa Municipal de São Luís para contestar a credibilidade dos resultados da Contagem Populacional 2007 da capital maranhense realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como investigar o discurso construído pelo IBGE para legitimar-se enquanto órgão credível e tecnicamente competente para realizar a Contagem. Propomos ainda compreender como a instância midiática tratou esse caso. Para a consecução deste objetivos utilizamos o conceito de dialogismo de Bakhtin e os referenciais metodológicos da Análise de Discurso.

PALAVRAS-CHAVE: estratégias discursivas; contagem populacional; instância midiática.

1 INTRODUÇÃO

São Luís não tem um milhão de habitantes. Esta foi a notícia que gerou uma grande polêmica na capital maranhense em agosto de 2007, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados preliminares da contagem populacional do Censo 2007. Até a divulgação oficial dos dados no dia 05 de outubro de 2007, representantes do setor político questionaram a metodologia e a credibilidade do IBGE.

Este questionamento surgiu a partir de duas premissas principais. A primeira diz respeito ao fato de que as projeções populacionais realizadas anualmente pelo IBGE apontavam que em 2006, São Luís teria mais de 998 mil habitantes. Esse dado gerou a

¹ Trabalho apresentado no GT – Teorias da Comunicação do Inovcom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

² Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão e Pós-Graduada em Assessoria de Comunicação pela Faculdade São Luís, email: marielacarvalho@uol.com.br

³ Relações Públicas graduado pela Universidade Federal do Maranhão e Pós-Graduado em Assessoria de Comunicação pela Faculdade São Luís. Professor Substituto do Curso de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, email: mdias.pablo@gmail.com

⁴ Orientador do trabalho. Professor Doutor do Curso de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, email: franciscogoncalvesdaconceicao@gmail.com



expectativa de que a Contagem Populacional de 2007 iria demonstrar que a cidade havia alcançado a marca de um milhão de habitantes.

A segunda premissa concerne aos interesses políticos, econômicos e sociais que envolvem o número de um milhão de habitantes. Caso São Luís tivesse esse quantitativo populacional, os repasses constitucionais destinados à cidade aumentariam em 20 milhões de reais mensais; o número de vereadores municipais passaria dos atuais 21 para 33; e o coeficiente eleitoral que, atualmente, é estimado em 25 mil, cairia para 15 mil eleitores.

Por ser a esfera política diretamente atingida pelos efeitos da Contagem Populacional, a Câmara Municipal de São Luís iniciou um conjunto de ações para reverter esse cenário. Dentre as estratégias utilizadas pela Câmara, está a intervenção na instância midiática para mobilizar a sociedade civil em torno do tema.

Desse modo, nosso trabalho pretende abordar as estratégias discursivas que a Câmara Municipal de São Luís utilizou para contestar os dados do IBGE sobre o número populacional da capital maranhense, bem como as estratégias do IBGE para manter a sua credibilidade. Pretendemos, assim, analisar como a instância midiática abordou esse caso, a partir dos discursos desses dois sujeitos. Discurso, aqui entendido, como “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Para isso, selecionamos matérias⁵ que abordassem o Censo 2007 de São Luís, entre os dias 01 de setembro e 14 de outubro de 2007, veiculadas, nas versões *on line*, dos três maiores jornais impressos do Estado: *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial* e *Jornal Pequeno*. Este recorte temporal tomou como referência a data em que os jornais veicularam a notícia sobre a primeira parcial do IBGE até a cobertura realizada na semana posterior à divulgação do resultado final.

A compreensão das questões que perpassaram o resultado do Censo 2007 depende, entre outros aspectos, do domínio dos conceitos metodológicos utilizados pelo IBGE. Com o propósito de entender esses conceitos, nós entrevistamos funcionários do IBGE que trabalharam como coordenadores do Censo 2007 e o Chefe da Unidade Estadual do IBGE no Maranhão, Pedro Guedelha. Além de utilizarmos como suporte bibliográfico de pesquisa, publicações do próprio Instituto.

2 DO RECENSEAMENTO ÀS CONTROVÉRSIAS

⁵ Para esta pesquisa não consideramos as informações publicadas em notas e artigos.



A operação censitária realizada pelo IBGE em 2007 contou com o Censo Agropecuário 2006 e a Contagem da População 2007. O primeiro fornece informações sobre as mudanças no cenário agrícola do país, constituindo o principal e mais completo levantamento sobre a estrutura produtiva do setor primário brasileiro. Já a Contagem é uma operação mais simples, cujo objetivo é atualizar as estimativas da população, incorporando dados como sexo, idade e migrações ocorridas no país.

Em nosso estudo, tomaremos como base a Contagem Populacional 2007. E aqui fazemos uma ressalva para esclarecer que Contagem Populacional e Censo Demográfico não são a mesma coisa. Ambas são operações (metodologias) utilizadas pelo IBGE para retratar a realidade do país. Entretanto, o Censo Demográfico é mais amplo, mais minucioso. Ele é realizado a cada dez anos para retratar diversos aspectos da população brasileira. A Contagem Populacional, por sua vez, ocorre a cada cinco anos com o objetivo de balizar as projeções do quantitativo populacional que são realizadas anualmente pelo IBGE.

Essas projeções anuais ocorrem em razão da Lei orgânica Nº 8.443/93, que obriga o Instituto a informar ao Tribunal de Contas da União (TCU) até o dia 31 de outubro de cada ano a estimativa populacional dos Estados e municípios. De posse desses dados é que o TCU calcula as quotas referentes aos repasses constitucionais destinados aos Estados e municípios.

Dito isto, outro fator importante a ser considerado é que, além de traçar um quadro da realidade do país, os Censos servem para levantamento de dados fundamentais à formulação de políticas públicas e tomada de decisões acerca de investimentos no país. No caso específico da Contagem, são os seus resultados que orientam a distribuição dos recursos do Fundo de Participação Municipal (FPM) feita pelo Governo Federal.

Para a realização da Contagem 2007, os questionários de papel utilizados pelos recenseadores nas pesquisas anteriores foram substituídos por 82 mil computadores de mão (PDAs). Foi a primeira vez que o Instituto fez uso deste recurso em uma operação censitária, o que permitiu, entre outras coisas, a correção da informação prestada no ato da entrevista e o preenchimento de todos os quesitos obrigatórios, evitando a não resposta por esquecimento ou falha do recenseador.

A Contagem da População aconteceu em 5.414 municípios com até 170 mil habitantes. Entretanto, em alguns Estados apenas um ou mais municípios ficaram de fora da Contagem por excederem o limite populacional estabelecido pelo Instituto. Dessa forma, a Contagem foi realizada em mais 21 municípios que estavam acima do corte estimado,



totalizando 5.435 municípios pesquisados. Esse número corresponde a 97% do número de municípios do país.

Esse corte na abrangência da Contagem Populacional ocorreu por conta das limitações dos recursos orçamentários. E a escolha pela amostragem de municípios com até 170 mil habitantes se deu porque nessa faixa o efetivo populacional causa impacto direto nos valores repassados pelo FPM.

Além da população recenseada nos municípios abrangidos pela Contagem, os resultados divulgados pelo IBGE incluem uma parcela estimada para os chamados domicílios fechados – locais onde aparentemente havia moradores, mas não foi possível entrevistá-los.

O IBGE tomou como data de referência para a pesquisa o período entre a noite de 31 de março e o dia 01 de abril de 2007. Para compreendermos o contexto dos argumentos que serão utilizados para questionar ou confirmar os dados do IBGE, é necessário detalhar alguns aspectos da metodologia do Censo.

O IBGE recenseia domicílios, para os quais existem classificações específicas. Dessa forma, basta que um morador seja entrevistado para que o recenseamento daquele domicílio seja realizado. Além disso, o recenseador não deduz nenhum tipo de informação. Os dados do Censo são levantados a partir do que os entrevistados disseram. Se, por exemplo, o entrevistado informar que possui 30 anos de idade, mas aparentar 70, o recenseador irá preencher no PDA que o morador possui 30 anos.

Dito isto, passemos à contextualização do Censo no Maranhão. Conforme o IBGE, a pesquisa abrangeu todos os 217 municípios do Estado. A coleta começou no dia 16 de abril com data limite de encerramento marcada para o dia 31 de julho. Entretanto, no dia 01 de agosto, por conta das dificuldades enfrentadas pelos recenseadores – como a recusa dos moradores em responder às questões e a existência de muitos domicílios fechados - o IBGE decidiu prorrogar por mais 15 dias a pesquisa. Esse prazo foi prorrogado, ainda, por mais duas vezes e encerrado no dia 24 de agosto.

Em 31 de agosto, o Instituto divulgou o resultado preliminar, segundo o qual São Luís possuía 921.450 habitantes. Após esse resultado o IBGE iniciou a coleta complementar para “cobrir” os domicílios que ainda não tinham sido recenseados. Esse período serviu também para checagem das informações equivocadas passadas pela própria população durante a fase inicial de coleta de dados do Censo.

Nesse período de prorrogação dos prazos de coleta, o IBGE disponibilizou um *call center* para que aqueles que ainda não tivessem sido recenseados pudessem informar sua situação ao Instituto. Além disso, chegou a ser estabelecida uma parceria com a Câmara



Municipal para que carros de som circulassem pela cidade convocando a população a participar do Censo 2007. Nos finais de semana, os habitantes dos domicílios não-recenseados foram convidados a se dirigirem às escolas públicas, onde havia funcionários do IBGE aptos a entrevistá-los.

No dia 5 de outubro, o IBGE divulgou que São Luís possui 957.899 habitantes.

3 AS VOZES DO CENÁRIO

3.1 O Discurso da Câmara dos Vereadores

A divulgação das informações concernentes ao Censo 2007 do IBGE causou reação na Câmara Municipal de São Luís. Se a capital maranhense tivesse atingido um milhão de habitantes, aumentaria o número de vereadores do município, independente da aprovação no Congresso Nacional do projeto que redefine critérios de proporcionalidade entre população e a representação parlamentar.

Com a intenção de contestar os dados oficiais do Instituto sobre a contagem da população na capital maranhense, a presidência da Mesa Diretora da Casa divulgou, na instância midiática, que entraria com uma ação na Justiça.

Em entrevista ao jornal *O Estado do Maranhão*, o presidente da Câmara, vereador Isaías Pereirinha, do Partido Social Liberal (PSL), disse que a contagem populacional do município não bate com a realidade demográfica da cidade. Para o parlamentar, existe algo de errado na metodologia aplicada pelos recenseadores do IBGE na capital, já que a estimativa populacional de 2006 registrou que havia no município 998.385 habitantes e quando do resultado da Contagem, a direção do órgão no Estado revelou que houve uma queda substancial, para 957.899, correspondendo a uma diferença de 40.486 habitantes.

A partir das análises das notícias veiculadas nos jornais que compõem o *corpus* desta pesquisa, percebemos que, de fato, em seus discursos, os vereadores destacavam a preocupação com a prestação dos serviços básicos e não citavam o aumento no número de cadeiras na Câmara ou a possível redução do quociente eleitoral de 25 para 15 mil nas eleições de 2008, como focos dos seus interesses, na questão do Censo 2007.

Na época, os vereadores diziam que não estavam questionando os números do IBGE em causa própria, visto que o aumento da receita não iria interferir nos rendimentos da Câmara, que já possui uma verba específica. Eles afirmavam que sua preocupação era com os prejuízos que esses dados poderiam causar no equilíbrio das contas municipais e no



planejamento de políticas públicas. De acordo com a Câmara Municipal é inviável prestar serviços públicos como saúde e educação para 1 milhão de pessoas com verbas destinadas para 957.899.

“Para uma cidade como São Luís, R\$ 20 milhões ao mês fazem muita falta. Hoje a receita da capital serve apenas para a manutenção. Uma prova disto foram três empréstimos já efetuados pela prefeitura junto aos bancos só este ano”, afirmou, em entrevista ao jornal *O Imparcial*, o vereador Joberval Bertoldo, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que participou da comissão especial que acompanhou as duas últimas semanas do recenseamento.

Observamos também que os argumentos utilizados pelos vereadores, para contestar os resultados da Contagem, estavam apoiados apenas em observações empíricas, como por exemplo, de que a cidade apresentava um acelerado crescimento vertical; um aumento no número de financiamentos de casa própria; da quantidade de carros; e do número de pessoas que vão aos shows realizados na capital maranhense.

Na tentativa de desqualificar a credibilidade dos resultados apresentados pelo Instituto, identificamos que a Câmara lançou mão ainda de duas outras estratégias discursivas. A primeira foi de estabelecer uma aproximação com o Instituto, quando divulgou que podia colaborar com a pesquisa alegando que o IBGE não possuía estrutura física, nem recursos humanos capacitados para realizar o Censo.

A segunda foi de questionar a competência técnica do Instituto, conforme podemos perceber nos discursos de vereadores da capital. Em entrevista a “O Estado do Maranhão”, em 04 de setembro de 2007, José Joaquim (PSDB⁶) ressaltou: “É preciso que se descubra qual foi a metodologia científica aplicada pelo IBGE para ter chegado a esse resultado. Além disso, precisamos saber qual foi o coeficiente de segurança adotado”. Nesse mesmo dia o vereador Pereirinha, em entrevista ao *Jornal Pequeno*, afirmou que “Não foi surpresa para nenhum de nós, principalmente para mim, a divulgação preliminar do IBGE, e aqui vale destacar a irresponsabilidade do senhor Pedro Gedelha, que de maneira arditosa levou a Câmara e o Executivo no banho Maria”.

A partir das análises discursivas inferimos que no cenário apresentado a voz da Câmara busca autoridade a partir de um discurso construído com base na sua capacidade legítima de representar e defender os interesses da sociedade.

3.2 O discurso do IBGE

⁶ Partido da Social Democracia Brasileira



A partir dos questionamentos levantados pela Câmara sobre o Censo 2007, o IBGE buscou posicionar-se na instância midiática para estabelecer um diálogo com o Legislativo Municipal de modo a se apresentar enquanto voz autorizada capaz de contestar e intervir nesse cenário.

Para tanto, o Instituto buscou apresentar um novo olhar sobre os fatos veiculados, a partir de três premissas fundamentais – por nós identificadas. A primeira reside no fato do discurso ser construído, em um primeiro momento, a partir do reconhecimento de que o IBGE superestimou a projeção de crescimento populacional da capital maranhense em anos anteriores.

No entendimento do IBGE, São Luís está seguindo a tendência nacional de redução da taxa de natalidade. O órgão prevê que nos próximos 50 anos a população brasileira irá crescer em um ritmo mais lento e que em 2060 o número de habitantes do país vai deixar de crescer.

Outra estratégia discursiva utilizada pelo Chefe da Unidade do IBGE no Maranhão, era afirmar que o órgão pelo qual responde é o único legalmente autorizado e tecnicamente competente para realizar o Censo. Nessa perspectiva sempre respondia aos questionamentos levantados pela Câmara dizendo que “o IBGE trabalha dentro da lei, não tendo como referência interesses políticos” (JORNAL PEQUENO, set 2007).

Segundo Pedro Guedelha, a Contagem Populacional de São Luís ocorreu de acordo com o planejado. Os problemas ficaram concentrados na esfera tecnológica (no início do Censo, os PDAs tiveram um desempenho lento) e na disponibilidade da população em atender os recenseadores.

A terceira premissa parte da idéia de que o IBGE desenvolve a Contagem Populacional com o objetivo de retratar a realidade da população brasileira. Enquanto a Câmara Municipal estaria preocupada com o repasse de verbas que a cidade teria direito caso atingisse 1 milhão de habitantes e com o aumento do número de vereadores na Casa.

Guedelha classificou como ‘mito’ a tendência de que São Luís viesse a ter um milhão de residentes. ‘Nossa preocupação não é com o ‘mito do milhão’’. Nossa preocupação é retratar tecnicamente o perfil da população, e não mostrar que ela já chegou a 1 milhão de habitantes” (JORNAL PEQUENO, set 2007)

O chefe do IBGE no Estado afirmou que essa polêmica em torno do resultado teve origem na falta de esclarecimento daqueles que a questionavam, visto que não dominavam os conceitos e a metodologia do Instituto.

O IBGE recenseia domicílios e não pessoas. Muitos moradores que ligaram para o nosso *call center* ou foram às escolas para nos informar que não foram recenseados estavam equivocados. Seus domicílios haviam sido recenseados, só que quem respondeu às perguntas foi o seu pai, sua esposa ou seu filho, por exemplo⁷.

Outro fato que nos chamou atenção na construção deste cenário foi a vinda do presidente nacional do IBGE, Eduardo Nunes, ao Estado duas vezes em menos de um mês e de suas visitas terem coincidido com a prorrogação das datas para a coleta e recoleta. Guedelha afirma que se trata de um procedimento normal da instituição.

No que diz respeito aos questionamentos sobre a credibilidade da pesquisa, Guedelha é categórico ao afirmar que o IBGE desenvolveu o seu papel na Contagem Populacional, que foi recensear domicílios. Ele chama a atenção para o fato de que esse foi um dos fatores que gerou confusão no meio político, na mídia e na população.

4 O CENSO 2007 NA MÍDIA

Ressaltamos que as matérias objetos de estudo deste trabalho são aquelas que abordam a relação dialógica entre a Câmara de vereadores e o IBGE. É necessário fazer esta observação, pois os veículos analisados publicaram outras matérias sobre o Censo, mas que traziam a Assembléia Legislativa do Estado e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM) como questionadoras do trabalho realizado pelo IBGE. Não consideramos estes outros atores sociais em razão de que suas reivindicações abrangiam não apenas o Censo de São Luís, mas sim o que foi feito em todo o Maranhão.

Dito isto, vamos utilizar os referenciais teóricos de Bakhtin (2000) para compreender esta relação dialógica em que o “eu” se constitui pela existência do “tu”. É neste cenário midiático que a Câmara dos vereadores vai se constituir como ator social que questiona a credibilidade do IBGE e este, por sua vez, se coloca como a única instituição com autoridade para realizar esse trabalho.

A construção e a representação do resultado do Censo 2007 de São Luís pelos três principais jornais do Estado durante o período pesquisado apresentou o alinhamento editorial entre *O Imparcial* e *Jornal Pequeno* (JP) e uma cobertura expressiva do ponto de vista quantitativo por parte de *O Estado do Maranhão*.

⁷ Entrevista com Pedro Guedelha concedida na sede do IBGE em São Luís, no dia 15 de outubro de 2007.



Os dois primeiros apresentaram uma cobertura que nós chamaremos de pontual, pois se limitou a tratar do assunto quando as partes envolvidas anunciavam suas ações/reações. Dessa forma, ambas apresentaram uma lógica informativa semelhante, na qual divulgaram o resultado preliminar do Censo; a reação da Câmara dos vereadores diante desse resultado; o aumento do prazo para a coleta dos dados; e a divulgação do resultado final. As coincidências permanecem no aspecto quantitativo. *O Imparcial* produziu quatro matérias e o *JP*, três.

O Estado do Maranhão, por sua vez, publicou treze matérias sobre a temática em questão. Esse volume pode ser explicado pelo fato de que o jornal tratou o caso como um diálogo contínuo. Para cada ação do IBGE, havia uma reação da Câmara e vice-versa. Ao contrário dos outros dois veículos *O Estado* noticiava todos os dados e prazos divulgados pelo IBGE, o que implicava em um novo pronunciamento da Câmara.

4.1 O “Eu” e o “Tu”

O discurso construído pelos três jornais apresenta um aspecto comum: os dois sujeitos não são ouvidos nas mesmas matérias. Percebemos uma espécie de alternância: um dia o IBGE fala, no outro a Câmara responde. Utilizamos a expressão *responde*, porque consideramos o IBGE como autor do discurso fundador, daquele que interpelou a Câmara. Além disso, quando o Instituto fala, ele não responde às questões levantadas pela Câmara. As fontes que falam em nome do IBGE se limitam a abordar as ações do órgão.

A exceção desta estrutura dialógica é *O Imparcial*, visto que em nenhuma das suas matérias aparece uma fonte do IBGE. Apesar disso, o Instituto não é silenciado, pois a própria publicação se encarrega de falar por ele: “O IBGE afirma...”; “O IBGE prorrogou...”; “O IBGE fará...”. Mesmo sem recorrer às fontes do IBGE, podemos afirmar que o jornal que mais coloca em xeque as boas intenções da Câmara é *O Imparcial*. A publicação não parece estar a favor do IBGE, mas sim contra a Câmara.

Nessa perspectiva da alternância das fontes, percebemos que o jornalismo maranhense desenvolve uma nova lógica para o princípio da contradição, de apresentar os argumentos de uma parte e contrapô-los a outra. Apesar de o *JP* dar espaço para os dois sujeitos falarem, o leitor só consegue conhecer a visão de cada um, se acompanhar diariamente a discussão.

No dia 04 de setembro, por exemplo, o jornal publicou a seguinte matéria: “Câmara questiona IBGE e presidente anuncia que vai recorrer a Justiça”. Nela, o único entrevistado foi o presidente da Câmara dos vereadores, Isaías Pereirinha. Uma das falas de Pereirinha



reproduzidas na matéria foi a seguinte: “Não foi surpresa para nenhum de nós, principalmente para mim, a divulgação preliminar do IBGE, e aqui vale destacar a irresponsabilidade do senhor Pedro Guedelha, que de maneira artilosa levou a Câmara e o Executivo no banho Maria”.

Oito dias depois, a publicação volta a falar do tema com a seguinte manchete: “IBGE prorroga prazo para conclusão do Censo”. As fontes ouvidas nesta matéria foram o Chefe do IBGE no Maranhão, Pedro Guedelha e Rosemary Travincas, síndica de um prédio de luxo, onde os recenseadores do Instituto não conseguiram realizar a pesquisa em todos os apartamentos. A matéria demonstra as dificuldades que o IBGE tem para realizar seu trabalho e tenta sensibilizar o leitor para a relevância do Censo. Um exemplo disso é a fala de Guedelha:

Deixar de participar do Censo representa, estatisticamente, perda da população. Isso prejudica, por exemplo, a entrada de verbas nos estados. Os recenseamentos são tomadas de decisões e norteiam o emprego dos recursos públicos. Quando o governo resolve investir em educação, ele o faz baseado na estatística da faixa etária. Então, se não houver esses dados completos, os investimentos também diminuem. Daí a nossa insistência com a população, para que respondam ao Censo. (JORNAL PEQUENO, set 2007)

Para o leitor que acompanha diariamente o jornal, esse tipo de cobertura exige, no mínimo, uma boa memória. Já o leitor esporádico, que só leu uma das matérias ou acredita que o *JP* é simpático à luta da Câmara ou que o periódico compreende as dificuldades do IBGE e pretende ajudá-lo a conscientizar a população ludovicense sobre a importância do Censo. Cabe, portanto, ao leitor e não mais ao jornal, a tarefa de estabelecer o contraditório.

O Estado, mesmo citando fontes do IBGE, apóia claramente as ações da Câmara. Até a fase de coleta, em que, remotamente, haveria a possibilidade de alcançar o 1 milhão, o jornal alternava as críticas ao IBGE com matérias que pudessem sensibilizar a população para a causa. Eis as manchetes de caráter mobilizador:

- 11 de setembro: “IBGE pode fechar amanhã Censo em SL”;
- 12 de setembro: “Censo 2007 é prorrogado até o dia 21”;
- 18 de setembro: “Censo entra na reta final em São Luís, diz IBGE”;
- 21 de setembro: “Censo complementar 2007 termina hoje”;
- 22 de setembro: “IBGE receberá informações complementares até 4ª feira”.

Após o dia 06 de outubro (data em que *O Estado* divulgou o resultado final do Censo 2007) os textos passaram a desqualificar o resultado, conforme podemos observar nos títulos destas matérias:



- 09 de setembro: “Câmara de São Luís questionará resultado do Censo na Justiça”;
- 10 de setembro: “Câmara coletará assinaturas para questionar Censo 2007”;
- 14 de setembro: “Mais de 22% declaram que não foram recenseados em São Luís”

Essa última matéria abordou os dados referentes a uma pesquisa realizada pelo Instituto de pesquisa Escutec, que foi contratada pelo veículo. Conforme a pesquisa cerca de 80% da população de São Luís acredita que os dados do IBGE estão errados. Entretanto, a reportagem, que ocupou uma página inteira do jornal, não explicou por quais motivos os entrevistados acham que a cidade tem mais de 1 milhão de habitantes. A matéria afirma, ainda, que “o fato que mais entristece o ludovicense é a impressão que fica para o Brasil e para o mundo que São Luís, por não ter rompido a barreira de 1 milhão de habitantes, não pode ainda ser vista lá fora como uma metrópole”.

A cobertura do Censo 2007 segue a mesma tendência da linha editorial política dos três jornais: *O Imparcial* e *o JP* possuem visão semelhante e *O Estado* faz uma cobertura oposta à deles. Entretanto, não nos parece que o apoio ou a oposição se dêem em torno do IBGE, mas sim em relação à Câmara dos vereadores. *O Estado* defende os interesses dessa Casa Legislativa, enquanto os outros dois jornais criticam a postura dela.

5 PARA ALÉM DO UM MILHÃO

No decorrer desta pesquisa duas questões nos pareceram centrais. A primeira diz respeito às dificuldades que o IBGE teve para se relacionar com seus públicos durante a crise do Censo 2007 de São Luís. Uma instituição como o IBGE não possui assessoria de comunicação. Não estamos, contudo, afirmando que se houvesse esse serviço a crise não existiria, mas, certamente, o fluxo de informação junto aos veículos de comunicação poderia ser mais eficaz. Isto porque as condições de produção, circulação e consumo dos discursos seriam diferentes, podendo, inclusive, serem trabalhados junto às outras vozes do cenário.

No que diz respeito à população, o IBGE não conseguiu se comunicar satisfatoriamente. Não observamos, por exemplo, uma ampla campanha que conseguisse mobilizar a população sobre a importância do Censo. Além disso, a instituição considerou a violência como a causa principal para justificar o fato de muitos habitantes de São Luís não terem atendido aos recenseadores do órgão. Entretanto, ela não divulgou amplamente que seus funcionários poderiam passar a qualquer hora (à noite e nos fins de semana) nas casas ludovicenses. Outra informação publicizada timidamente foi a de que o morador poderia ligar



para o *call center* do IBGE para se certificar de que de fato quem estava em sua porta era um recenseador. Para isso, era necessário apenas informar o número do crachá do funcionário.

A outra questão refere-se ao exercício de refletir sobre a quem interessaria São Luís ter 1 milhão de habitantes.

Ao levarmos em consideração que nosso interesse neste trabalho foi o resultado da Contagem Populacional de São Luís, caberia analisarmos além da Câmara de vereadores, a intervenção de agentes sociais como a Prefeitura de São Luís e as entidades da sociedade civil ludovicense, mas, curiosamente, eles não apareceram no material coletado.

Esse contexto gera novos questionamentos: Por que a Prefeitura de São Luís, órgão que recebe e administra o FMP não interveio na instância midiática para mobilizar a sociedade sobre o resultado do Censo? Por que a sociedade civil não participou ativamente desse processo?

Em meio a essas reflexões, nós acreditamos que um caminho possível de percorrer seja o de pensar em que medida a população (re)conhece a importância do Censo para a sua vida, a serviço de quem está instância política e de que maneira a mídia intervém na conscientização e mobilização social.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos 2007**: uma síntese das etapas das pesquisas. Rio de Janeiro: [s.n], 2006.

_____. **Contagem da População 2007**: manual do recenseador. Rio de Janeiro: [s.n], 2007.

CENSO 2007. Disponível em: <http://censos2007.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2007.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

JORNAL PEQUENO. Disponível em: www.jornalpequeno.com.br. Acessado em: 15 de out de 2007.

O ESTADO DO MARANHÃO. Disponível em: www.imirante.com. Acessado em: 16 de out de 2007.



O IMPARCIAL. Disponível em: www.oimparcial.com.br. Acessado em: 15 de out de 2007.